

A Europa e a Ásia: histórias e historiografias comparadas

Europe and Asia: compared histories and historiographies

Diogo Ramada Curto

dcur@fcsh.unl.pt

Professor

Universidade Nova de Lisboa

Avenida de Berna, 26-C

1069-061 - Lisboa

Portugal

Nuno Domingos

nmrdomingos@gmail.com

Investigador

Universidade de Lisboa

Avenida Professor Aníbal Bettencourt, 9

1600-189 - Lisboa

Portugal

Miguel Bandeira Jerónimo

mbjeronimo@ics.ul.pt

Investigador e Professor

Universidade de Lisboa

Avenida Professor Aníbal Bettencourt, 9

1600-189 - Lisboa

Portugal

148

Resumo

Basendo-se na interpretação dos principais debates suscitados pela obra seminal de Kenneth Pomeranz *A grande divergência*, recentemente traduzida para o português, este artigo procura reconstituir as dinâmicas historiográficas que nas últimas décadas têm discutido comparativamente o desenvolvimento da Europa e da Ásia. Neste artigo, procura-se, por um lado, realçar a relevância de um conjunto de estudos na reformulação da história das sociedades asiáticas desde a Idade Moderna, entre as quais se destaca o trabalho de Pomeranz. Por outro lado, este artigo identifica e analisa criticamente os principais temas e problemas que decorrem desse movimento historiográfico.

Palavras-chave

História Global; Capitalismo; Historiografia.

Abstract

Based on a critical assessment of the fundamental debates ignited by Kenneth Pomeranz' seminal work *The great divergence* – a work that was recently translated into Portuguese –, this article presents a reconstitution of the historiographical contributions of the recent decades that have comparatively evaluated the development of Europe and Asia. On the one hand, the article highlights a group of works that offer new insights and interpretations on the history of Asian societies since the modern age, from which Pomeranz' work stands out. On the other hand, the article identifies and critically engages with the fundamental analytical and historical issues in connection with this important historiographical movement.

Keywords

Global History; Capitalism; Historiography.

Recebido em: 18/2/2014

Aprovado em: 14/4/2014

Este texto visa oferecer uma análise crítica de uma das mais importantes obras das últimas décadas no domínio das ciências sociais e das humanidades, *A grande divergência*, de Kenneth Pomeranz, recentemente traduzida para a língua portuguesa (POMERANZ 2013).¹ A sua repercussão nas formas de fazer história extravasou o domínio estrito da academia e foi posta ao serviço de *presentismos* vários, possuindo um inegável relevo para a compreensão das dinâmicas políticas, económicas e socioculturais contemporâneas. A expressão “grande divergência”, utilizada por Samuel Huntington para descrever, genericamente, o processo de afirmação da hegemonia global ocidental, como resultado da industrialização e da emergência de economias de mercado no longuíssimo século XVIII, adquiriu um novo sentido, mais rigoroso e menos linear e simplista, menos politizado mas igualmente politizável, mais global e comparativo e menos paroquial, sem, contudo, deixar de atentar para o local. As narrativas da ascensão e da queda do Ocidente foram completamente transfiguradas, ainda que muitos não tenham dado por isso e outros persistam deliberadamente em ignorar o efeito dessa transfiguração não só nos debates sobre o passado, mas também a propósito dos que dizem respeito ao presente e ao futuro (FERGUSON 2011). Mais de uma década depois da sua aparição, o livro continua a influenciar os debates historiográficos sobre os mais variados temas e problemas. É essa influência a que procuramos reconstituir e analisar neste artigo, em torno de dois grandes eixos.

Numa primeira parte, procuramos situar a obra de Pomeranz de um ponto de vista epistemológico, metodológico e analítico, sublinhando os principais aspetos da sua proposta de análise histórica e situando-a nos principais debates historiográficos nos quais ela se insere. Nos planos epistemológico e metodológico, destacamos o modo como gerou reflexões acerca do método comparativo, especialmente sobre a quantidade de casos utilizados e a profundidade da comparação, bem como acerca do problema dos ciclos, dos padrões ou das relações causais na disciplina histórica.² No plano analítico, sublinhamos o modo como suscitou debates acerca da imperiosa articulação entre análises ecológicas e demográficas e a economia política, mas, sobretudo, a propósito da necessidade de se questionarem os modelos explicativos que adoptam o Estado-nação ou os agregados civilizacionais como unidades analíticas de base (problemática que será retomada na última secção deste artigo).³

¹ Pomeranz já assinara um dos mais importantes livros da sinologia (POMERANZ 1993). Para a tradução para o português, veja-se Pomeranz 2013. Para outros trabalhos de Pomeranz relacionados com este tema, veja-se Pomeranz 2001, p. 322-362; 2002, p. 425-446; 2006, p. 241-276; 2009, p. 32-51; 335-373; 2012, p. 293-310). Sobre a origem da expressão, veja-se Frank 2001, p. 180-182.

² Para uma discussão sobre a quantidade de casos a comparar e o grau de aprofundamento da comparação, veja-se, entre outros, Ragin 1987, *maxime* p. 34-52.

³ Vries (2001, p. 407-446) e Huang (2002, p. 501-538). O fórum intitulado “Asia and Europe in the World Economy” na *American Historical Review* de abril de 2002, com textos de Manning (p. 419-424), Wong (p. 447-469), Ludden (p. 470-480) e Pomeranz (p. 425-446) constitui um excelente exemplo do impacto imediato da obra de Pomeranz. Para uma reapreciação crítica da obra, passada uma década, veja-se o conjunto de contribuições, pela mão de renomados pares, em *Assessing Kenneth Pomeranz’s The Great Divergence: A Forum. Historically Speaking*, v. 12, n. 4, p. 10-25, 2011. Esta publicação resultou de um encontro patrocinado pela Economic History Association na American Historical Association, em Boston, em 2011, no qual participaram Philip Hoffman, Peter Coclanis, Jan de Vries, R. Bin Wong e Kenneth Pomeranz. Veja-se, ainda, O’Brien (2010), *Review of Ten Years of Debate on the Origins of the Great Divergence* (review 1008), Disponível em: <http://www.history.ac.uk/reviews/review/1008>. Acessado em: 4 jun. 2013.

Numa segunda parte, procuramos refletir sobre alguns dos principais problemas e também sobre alguns dos possíveis legados da obra em apreço. Apesar da recepção entusiástica que tem merecido, a proposta comparativa de Pomeranz tem sido questionada e inserida num campo mais vasto de problemas e de discussões. Ao recusar partir das unidades utilizadas habitualmente para medir o desenvolvimento, quase sempre de índole nacional, aspecto sublinhado nos próprios títulos dos clássicos que constroem um cânone de referências e questões fundamentais – desde *A riqueza das nações*, de Adam Smith, até *A riqueza e a pobreza das nações*, de David Landes –, Pomeranz criou uma linha de comparação inovadora. Tal tipo de abordagem evita a reificação das nações ou dos continentes como unidades de análise histórica, e, assim, os seus cidadãos deixam de ser tomados pelo seu virtuosismo ou pela sua responsabilidade na decadência nacional. Essas vantagens já se haviam afirmado no campo das ciências sociais por intermédio do conceito de “configuração social” de Norbert Elias (2006), da noção braudeliana de “economia-mundo” (BRAUDEL 1979-1993), das subseqüentes teorias do “sistema-mundo” (WALLERSTEIN 1974; FRANK 1979), ou, no contexto dos trabalhos sobre o império português, do conceito de “complexo histórico-geográfico”, proposto por Magalhães Godinho (GODINHO 1961, p. 130-135). No entanto, nunca será demais reparar que em muitos círculos tais propostas conceptuais vieram a perder terreno, em benefício das narrativas de uma história nacional associada a quadros de investigação dominados pela razão política das “relações internacionais”. Mais: em historiografias tradicionais, parece registar-se um apego ainda maior a uma certa história política, interessada em captar a ação dos indivíduos providenciais ou das elites da nação, tomando como base a produção oficial de informação inerente ao crescimento dos Estados. Trata-se, assim, de um modo de impor uma visão nacional do mundo assente na organização de arquivos oficiais, mas também na força de uma razão estatística (DESROSIÈRES 1993). Aliás, esta última afirma-se decisiva para medir os índices diretamente relacionados com o desenvolvimento, tais como a evolução dos instrumentos de análise económica, das dívidas, das taxas, dos orçamentos, da produção, da exportação, da importação, e outros *indicadores*. Enfim, será importante questionar se algumas investigações, ao partirem do problema do desenvolvimento, cuja formulação se encontra muito dependente da informação produzida à escala nacional, não acabam por ficar reféns da lógica inerente à produção de tal informação.

A “grande divergência”: princípios, método, perspectiva

Como procuramos sublinhar a respeito do trabalho, igualmente notável, de Jack Goldstone (CURTO; DOMINGOS; JERÓNIMO 2010, p. XIII-XXXI), a compreensão da obra de Kenneth Pomeranz requer que a situemos em relação a outras propostas acerca da construção do mundo moderno e de explicação da emergência de hegemonias globais que a pontuaram. Pomeranz inscreve-se num movimento de reapreciação crítica da historiografia, mas também das fontes históricas, relativo à afirmação da Europa como espaço central da modernidade capitalista. As obras de William H. McNeill (1991), Joseph Needham (1969),

Eric L. Jones (1981) e David Landes (1998) são referências fundamentais em relação às quais a obra de Pomeranz deve ser apreciada. O mesmo sucede com as tradições da história mundial, iniciada com Oswald Spengler (1934) e Arnold Toynbee (1957), das teorias da modernização, promovidas por Walter Rostow (1960), Cyril E. Black (1966) ou Daniel Lerner (1958), das economias-mundo de Fernand Braudel (1979-1993) e dos sistemas-mundo, de Immanuel Wallerstein (1974) e Andre Gunder Frank (1979; FRANK; GILLS 1993), entre outros. Todas essas escolas de pensamento são centrais para a compreensão de *A grande divergência*. Alinhando-se com figuras como as de Marshall Hodgson (1993), James Blaut (1993), Sanjay Subrahmanyam, que também analisou criticamente as limitações do método comparativo (SUBRAHMANYAM 1997), Gunder Frank (1998), Jack Goody (2004; 2010), Patrick O'Brien (1982; 1997), Roy Bin Wong (2000; ROSENTHAL; WONG 2011), Angus Maddison (2001), Robert B. Marks (2002), John M. Hobson (2004; 2012), Peer Vries (2003; 2008) e, mais recentemente, Eric Mielants (2007) e Prasannan Parthasarathi (2011), Pomeranz participa duma já longa lista de críticos do eurocentrismo triunfalista, do omnipresente orientalismo e do *excepcionalismo* europeu ou ocidental. Ao predomínio destes, tem-se oposto a provincialização da Europa e do Ocidente (HOBSON 2004; CHAKRABARTY 2000).

Os principais processos políticos, sociais, económicos e culturais que foram sendo, durante décadas, identificados como característicos da modernidade europeia têm sido analisados de um ponto de vista crítico, sendo igualmente submetidos ao crivo rigoroso da comparação. A emergência de estruturas políticas centralizadas e burocratizadas, cuja atuação e legitimidade são condicionadas e garantidas por mecanismos representativos e constitucionais, cuja existência e territorialização são sustentadas tanto pela criação e aperfeiçoamento de mecanismos fiscais como pela profissionalização de organizações militarizadas com um grau crescente de capacidade bélica; a consolidação de instrumentos jurídicos e legais de consagração e proteção de direitos sociais e de direitos de propriedade; o dinamismo expansionista, assente na competição sistemática, de circuitos comerciais, de modelos económicos, modos de produção e de troca; a explosão demográfica associada a processos de expansão territorial e ao desenvolvimento de impérios coloniais, bem como à solidificação de mercados nacionais; a transformação das estruturas de estratificação social e da mobilidade, ascendente e descendente, de grupos e classes; o estabelecimento de padrões específicos de urbanização; o desenvolvimento de uma cultura impressa e o alargamento de uma esfera e opinião públicas; a articulação crescente entre a produção de conhecimento científico, a sua apropriação tecnológica e a correspondente disseminação institucional; a inovação constante na agricultura e no comércio; a disseminação do racionalismo e a correspondente *secularização* das sociedades; o desenvolvimento do individualismo; enfim, todos estes processos históricos foram (e têm sido) tradicionalmente identificados como fundamentais para a compreensão da trajetória *específica* da Europa.

De facto, para a maior parte dos investigadores que trabalham no Ocidente, foi na Europa que a modernização capitalista se manifestou e consolidou, não no

Oriente Médio ou no mundo islâmico, nem na China ou na Índia. Foi na Europa e no Ocidente que se deu a articulação entre um processo de transformação tecnológica dos meios de produção e de troca e o desenvolvimento de um mercantilismo de tipo imperial que conduziu a níveis de desenvolvimento económico e a formas de organização política, cultural e social sem paralelo de um ponto de vista global. É precisamente contra essa perspectiva que vários especialistas da sociologia e da história económica, da sociologia e da antropologia histórica e das relações internacionais (de cunho histórico) se têm insurgido. Ao mesmo tempo, eles questionam o modo como as outras regiões do globo – a sua história, os seus padrões de desenvolvimento político, económico, social e cultural – têm sido analisados pela historiografia, nomeadamente no que diz respeito aos factores que as teriam conduzido a uma posição de atraso, de privação relativa, de subordinação ou de dependência relativamente à Europa e ao Ocidente.

152

De acordo com o paradigma posto em causa, sem nunca esquecer — é importante repetir — a diversidade de abordagens e explicações que caracterizam a ortodoxia explicativa e comparativa sobre a ascensão do Ocidente e a afirmação da Europa como espaço político, económico e sociocultural de liderança global desde o início da época moderna, o resto do mundo estava marcado por uma série de características que constituíram obstáculos ao desenvolvimento e à modernização capitalista, como já argumentara, aliás, Max Weber. A persistência de configurações políticas autocráticas de tipo imperial, pautadas pela dinâmica da sucessão dinástica e confinadas à corte imperial, cujo financiamento dependia em muito da extração fiscal e do trabalho escravizado; a recorrente subordinação da esfera económica à coordenação centralizada do Estado, com a existência de grandes mercados oficiais ou de monopólios estatais; a debilidade da proteção jurídico-legal e a correspondente precariedade dos direitos sociais e dos direitos de propriedade, sempre vulneráveis à arbitrariedade do poder imperial e dos seus oficiais; o confinamento da produção manufacturada na órbita da esfera doméstica camponesa, o que impedia a comercialização da agricultura, a emergência de economias de escala e a formação de economias nacionais; a existência de processos de urbanização que não correspondiam a direitos cívicos ou de cidadania ou ao estabelecimento de um espaço público; a rigidez das estruturas sociais e da estratificação social, marcada pela reprodução de comunidades definidas segundo o seu estatuto ou pelas castas; a existência de formas institucionais de controlo cultural, educativo e religioso que impediam a inovação e se mostravam contrárias às manifestações heterodoxas; todos esses processos foram identificados como factores explicativos dos bloqueios desenvolvimentistas e modernizadores das sociedades orientais, numa simetria inversamente perfeita com as causas da ascensão europeia e ocidental, reproduzindo um outro tipo de binarismos e dicotomias, como os que opõem tradição e modernidade ou Ocidente e Oriente⁴.

⁴ Para uma síntese clara do problema do eurocentrismo, veja-se Curto; Domingos; Jerónimo (2013, p. I-XI). Veja-se ainda o clássico de Wickham (1985, p. 166-196) e Bryant (2006, p. 403-444, *maxime* p. 408, 419). Para o binarismo, veja-se o clássico de Bendix (1967, p. 292-346); Gran (1996); Lieberman (1999); Goody

De acordo com o revisionismo historiográfico do qual Pomeranz faz parte, nem as diferenças entre o Oriente Médio, a Ásia e a Europa (ou melhor, as suas regiões mais desenvolvidas, como a região do delta do rio Iangtsé, na China, ou o planalto de Kantô no Japão) foram significativas até o dealbar do século XIX. Nem do ponto de vista dos índices das condições materiais de existência ou níveis de vida, da produtividade económica, do dinamismo comercial e da efervescência urbana tal sucedeu. E nem a ascendência europeia à hegemonia global, propulsionada pela revolução industrial, resultou de um conjunto de condições e processos políticos, económicos, sociais e culturais determinados, só compreensíveis com recurso a uma perspectiva de longa duração.⁵

O *florescimento* europeu não resultou de nenhum processo evolutivo, cumulável e até expectável. Como Jack Goldstone afirmou com clareza, “quaisquer que fossem as diferenças institucionais e culturais, na verdade não havia nenhuma divergência importante no que diz respeito às condições materiais de existência na Europa e nas sociedades asiáticas avançadas até muito tarde, *circa* 1800” (GOLDSTONE 2008, p. 119-120). A modernização europeia e o papel do capitalismo nesse processo não seriam o resultado da existência de um dinamismo interno propiciado por factores institucionais e culturais específicos, mas uma consequência fortuita, uma coincidência com um potencial transformador a uma escala global, assente na abundância de carvão inglês e nos recursos extraídos e nos lucros obtidos com as expansões imperiais e os empreendimentos coloniais nas Américas, como argumenta Pomeranz em *The Great Divergence*. Se, antes de 1500, a Europa se encontrava atrasada do ponto de vista da riqueza, da tecnologia e da ciência, em 1700, continuava a revelar baixos níveis de produtividade agrícola e uma incapacidade evidente de manufacturar algodão, seda e porcelanas como sucedia na Índia ou na China. Para terminar esta súpula da argumentação de Pomeranz, Goldstone e Bin Wong, importa referir que até 1800 a Europa apresentava níveis persistentes de declínio das condições materiais de existência.⁶

Correndo o risco de simplificação excessiva, ao *milagre europeu* opôs-se o milagre euroasiático, precisamente o título de um dos últimos livros de Jack Goody, no qual é explorado o modelo da alternância de polos de modernidade e modernização no interior da Eurásia (GOODY 1996).⁷ A famosa “questão de Needham” passou a ser acompanhada pela “questão da grande divergência”, agora supostamente extirpada dos vícios eurocêntricos e informada pelos preceitos de uma nova história global (NEEDHAM 1969).⁸ O estudo das

(1996); Kanth (2009). Vejam-se, ainda, os artigos, directamente associados aos problemas aqui abordados, de Duchesne (2001, p. 428-463) e de Pomeranz (2002, p. 539-590).

⁵ Sobre a próspera região chinesa, veja-se Brenner; Isett (2002, p. 609-662).

⁶ Veja-se, ainda, sobre a importância do carvão, a análise crítica de Vries (2001, p. 407-446). Veja-se, ainda, Wong (2000, p. 9-70), Parte I, intitulada “Economic history and the problem of development”, e Pomeranz (2013, p. 57-121).

⁷ Este livro constituía uma resposta à conferência que deu origem a *Europe and the Rise of Capitalism*, de Baechler, Hall e Mann (1988).

⁸ Para um exemplo da formulação de Needham, veja-se o seu “Science and Society in East and West”, em Needham (1969, p. 190-217). Para um texto fulcral e crítico de um dos seus colaboradores, veja-se Sivin (1982, p. 45-66). Veja-se, ainda, o informativo artigo de O’Brien (2009, p. 7-29). Para a nova história global, veja-se, entre outros, Mazlish (2006).

similitudes institucionais e de comportamento económico entre regiões – sobretudo entre a Europa e a Ásia, no período que precedeu a industrialização, a uma escala global e comparativa – passou a ser privilegiado em detrimento da construção de narrativas de oposição civilizacional. A definição de geografias e de correspondentes trajetórias de desenvolvimento histórico claramente distintas foi abertamente questionada. Como sustentou Hodgson, a análise histórica de outras sociedades impediu que fosse defensável argumentar a favor da existência de “características pré-modernas seminais” exclusivas do mundo ocidental que poderiam explicar o “advento da Modernidade” e as divergências que esta promoveu (HODGSON 1993, p. 86).

Até o “grande mestre” Max Weber, que procurara definir o Ocidente e a sua trajetória histórica como o produto de uma combinação “única” entre “racionalidade e ativismo”, precisava ser reapreciado criticamente. As revoluções científica e tecnológica e o multifacetado processo de racionalização das sociedades ocidentais – as decorrentes da formação de uma economia de mercado de tipo capitalista, da constituição de um estado burocrático, da emergência e disseminação de uma cultura desencantada, assim como de estilos de vida e mundividências individualistas – precisavam de ser de novo ponderados, nas suas causas e nas suas consequências.⁹

Onde Landes identificara “pré-condições”, de natureza weberiana, para sustentar a sua afirmação de que a “Europa (o Ocidente)” fora o “principal motor do desenvolvimento e da modernidade” (LANDES 1998, p. XXI), Hodgson e outros encontraram vários aspectos comuns no que diz respeito aos contextos e às condições institucionais políticas, económicas e socioculturais de cada região; no dizer de Pomeranz, um “mundo de semelhanças surpreendentes” ao longo da Eurásia (POMERANZ 2013).¹⁰ Onde muitos viram obstáculos sociais ao desenvolvimento (por exemplo, a persistência de configurações políticas autocráticas de tipo imperial, a prevalência de mercados oficiais e monopólios estatais ou a precariedade dos direitos individuais e de propriedade), outros, mais recentemente e com a incorporação crescente da produção historiográfica local e regional, reconheceram condições históricas semelhantes (WICKHAM 1985, p. 166-196; BRYANT 2006, p. 403-444). Onde uns viram trajetórias e linhagens, ou seja, causalidades articuladas, combinações expectáveis entre condições e consequências, outros sublinharam as eflorescências múltiplas e contingentes, como Goldstone, os paralelismos e similaridades inesperadas, com impactos diversos, como Pomeranz, ou, ainda, as múltiplas modernidades, como Shmuel Eisenstadt (GOLDSTONE 2002, p. 323-389; EISENSTADT 2000, p. 1-29; 2007; SACHSENMAIER; RIEDEL, 2002). Onde uns viram blocos geográficos e culturais distintos, outros viram estranhos paralelos entre áreas no interior da Eurásia que desafiavam princípios de identificação por mera

⁹ Para uma súpula dos argumentos de Weber, veja-se Schluchter (1981). Para uma crítica da leitura de Weber, veja-se Elvin (1984, p. 379-391). Para uma defesa da atualidade de Max Weber no debate da grande divergência, veja-se a obra de Duchesne (2005; 2006).

¹⁰ Esta é uma das mais famosas e reproduzidas frases deste livro de Kenneth Pomeranz. Veja-se a *Parte I* de *A Grande Divergência*, intitulada precisamente “Um Mundo de Semelhanças Surpreendentes”.

proximidade física (LIEBERMAN 2003; 2009). A ubiquidade das “características seminais” na Eurásia e a precedência, nalgum dos casos, dessas características no seu extremo asiático põem em causa as interpretações com origens em Adam Smith, Karl Marx e Max Weber.

Como sublinhamos a propósito do pensamento de Goldstone, a crítica aos principais processos políticos, sociais, económicos e culturais que supostamente causaram a “grande divergência” tem dominado a produção historiográfica das últimas décadas. A invocação desses processos para explicar a modernidade como europeia – da emergência de estruturas burocráticas centralizadas, assentes na legitimidade do uso da violência e em mecanismos representativos vários, até o desenvolvimento de uma cultura impressa e o alargamento de uma opinião pública, sem esquecer a articulação crescente entre a produção de conhecimento científico e a sua utilização tecnológica e correspondente disseminação institucional – passou a ser objecto constante de um questionamento crítico. O mesmo sucedeu com a postulada articulação única entre a transformação tecnológica e a emergência global de um mercantilismo de tipo imperial, capaz de alcançar níveis de realização económica únicos e formas de organização política, cultural e social particulares (CURTO; DOMINGOS; JERÓNIMO 2010, p. XXI-XXVIII). Origens e condições comuns, coincidências fortuitas com impactos contingentes – para Pomeranz o que conta é sobretudo a abundância de carvão em Inglaterra e os lucros auferidos com as expansões imperiais e os empreendimentos coloniais nas Américas – permitiriam compreender melhor a grande divergência, a modernização ocidental e o capitalismo industrial do que a ênfase em propriedades únicas, factores e dinanismos institucionais políticos, económicos e culturais específicos, identidades civilizacionais, ou espíritos capitalistas. No caso de Pomeranz, o determinismo dos recursos e dos dados ambientais parece sobrepor-se a qualquer outro tipo de relação causal, embora se deva ressaltar que não se chega a alcançar o tipo de determinismo ecológico radical defendido por Jared Diamond (1997; 2005).¹¹

Apesar das inúmeras críticas de que foram alvo, as propostas de Pomeranz marcaram de modo decisivo os debates que extravasaram os terrenos da história económica da Eurásia. Não podendo aqui recuperar, com a profundidade merecida, as riquíssimas discussões suscitadas pela obra de Pomeranz, devemos no entanto referir o conhecido debate da involução que animou especialistas como Philip Huang (2002, p. 501-528), o próprio Pomeranz, Robert Brenner (o autor que agitou também o famoso debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo), Christopher Isett (BRENNER; ISETT 2002, p. 609-662),¹² James Lee, Cameron Campbell, e Wang Feng (LEE; CAMPBELL; FENG 2002, p. 591-607), alguns deles com importantíssimas obras que precederam a de Pomeranz. Tal debate da involução – expressão cujo sentido é devedor de

¹¹ Para uma apreciação crítica, veja-se Blaut (1999, p. 391-408; 2000, p. 149-172).

¹² Para a tese de Brenner, veja-se Brenner (1976, p. 30-74; 1977, p. 25-92; 1982, p. 16-113). Para a contextualização e debate sobre o problema, veja-se Aston; Philpin (1987). Para a questão da transição do feudalismo para o capitalismo, onde a tese de Brenner se inscreve, veja-se o repositório dos argumentos iniciais (incluindo Maurice Dobb, Eric Hobsbawm, Paul Sweezy, entre outros) em Hilton (1976). Para uma apropriação crítica contemporânea centrada precisamente no caso da China, veja-se Hung (2009, p. 569-588).

Clifford Geertz, que a aplicou para explicar por que é que a agricultura em Java não se transformou em virtude de estímulos económicos externos e pressões demográficas internas – da China imperial tardia em relação à Inglaterra foi suscitado pela obra de Philip Huang. Huang afirmou que a economia rural chinesa era claramente involutiva, ou seja, incapaz de promover transformações desenvolvimentistas que pudessem acompanhar a existência de uma economia marcadamente comercial. Para lá de questões conceptuais e analíticas que também mereceriam um amplo debate no presente em função das condições políticas, sociais e económicas contemporâneas, o debate da involução também provocou reflexões várias sobre o lugar da causalidade e sobre o problema da prova nas ciências sociais e humanas. Igualmente importante foi o impacto que as teses de Huang tiveram, contra as quais a obra de Pomeranz se insurge. Huang argumentou que uma crise malthusiana, uma crise de produtividade e de produção e um decréscimo dos níveis de vida afectavam o Delta do Iangtsé no início da época moderna, tornando-o claramente um exemplo de uma trajetória involutiva. Ora, Pomeranz veio defender precisamente uma interpretação contrária ao sentido de uma tal argumentação (HUANG 1990; ALLEN 2002; LITTLE 2008, p. 235-261; 1963).

A “grande divergência”: problemas e legados

156

Como notamos no início deste texto, assumindo unidades de comparação histórica construídas a partir da problematização das modalidades de desenvolvimento, o trabalho de Pomeranz constitui-se como exemplo de como é possível rejeitar uma história reificadora da escala “nacional” e das suas entidades políticas. Mas, simultaneamente, o foco na questão do desenvolvimento como motivo da estruturante do método comparativo levanta um conjunto de questões.

A *grande divergência* foi justamente saudada pela utilização de fontes não europeias, nomeadamente de autores chineses que trabalharam em escalas regionais. Esse domínio bibliográfico deixou mesmo os mais cépticos em relação à obra com compreensíveis reservas, perante o seu desconhecimento dessas fontes, que representavam, desde a Ásia, um mundo distinto daquele traçado pelos olhares da ciência produzida nos centros académicos ocidentais (KINDLEBERGER 2002, p. 459).¹³ Da recepção crítica da obra depreende-se, porém, que a utilização inovadora dessas fontes para problematizar a questão do desenvolvimento não consegue romper com os termos de uma discussão que se impôs num determinado subcampo das ciências sociais, marcado por uma oposição matricial entre unidades políticas ou civilizacionais. Nesse âmbito, mais do que impor uma reclassificação dos termos comparativos, os casos apresentados na obra são tomados como se de uma amostra clínica de um mundo maior se tratasse. Eric Jones, por exemplo, critica a tendência de Pomeranz “para decidir qualquer questão que se coloque a favor da China”. Na sua recensão à obra, invoca a ação dos “europeus” e dos “chineses”, corpo de

¹³ O autor, extremamente crítico de Pomeranz, salvaguarda a sua capacidade de mobilização de conhecimentos sobre a China.

indivíduos, comum e homogêneo, independentemente da sua origem geográfica ou social.¹⁴ E, embora Pomeranz argumente que o Delta do Iangtsé não se confunde com a China, nem a Inglaterra com o resto da Europa, ele próprio acaba por voltar à representação do mundo criada pelas nomeações comuns: a “Europa” e a “China”.

Contra a tendência para a simplificação do debate, proveniente de um militantismo etnocêntrico pouco fecundo para a análise, é essencial insistir em que o livro de Pomeranz permite pensar a existência de uma humanidade comum, fundamentalmente separada por razões de índole material, tal como se fosse possível assumir que os indivíduos, independentemente da sua origem, têm uma ação semelhante se viverem em condições parecidas e usufruírem das mesmas oportunidades. No entanto, importa pensar se o autor não terá levado esse tipo de universalismo ético longe demais, marginalizando na sua análise pressupostos culturais, que devem ser invocados fora de premissas essencialistas, mas no contexto de uma sedimentação de determinadas condições existenciais que dão origem a formas de organização social distintas, diferenciando populações que se encontram necessariamente estratificadas. A incorporação dessa desigualdade, mas também de uma diversidade de experiências e tradições – políticas, religiosas, económicas –, desafia essa concepção de universalismo, sobretudo quando o que está em causa é a definição do caminho mais eficaz para o desenvolvimento. Encontramos indícios desse mesmo universalismo noutras concepções do desenvolvimento, em particular nas que remetem para as teorias da modernização (COOPER 1997, p. 64-92).

A possibilidade de todos, independentemente da sua origem nacional, regional, étnica ou de classe, poderem ser agentes da modernização não deixa de reforçar uma interrogação geral sobre a própria ideia de desenvolvimento: como definir desenvolvimento económico sustentável, produtividade ou níveis de vida e de pobreza? Conotada positivamente, a modernização, seja na China ou na Europa, cria uma narrativa épica que pode ocultar o processo histórico que envolve tal dinâmica. Uma outra representação do mundo emerge, por exemplo, na proposta de uma análise económica incrustada, como a defendida em *A grande transformação* de Karl Polanyi (2001). O desenvolvimento, neste contexto, assume uma forma distinta, necessariamente mais complexa. Esta visão incrustada é mais compreensiva na interpretação das sociedades subdesenvolvidas, condenadas pelo desenvolvimentismo ao estigma do atraso; isso acontece, por exemplo, nos contextos de forte transformação económica, com as resistências suscitadas pela defesa dos direitos à terra, senhoriais ou comunais, que atenuavam a mercadorização dos solos e que ajudavam a regular um outro tipo de trocas, independentemente de essas resistências se encontrarem implicadas em relações de poder também muito desiguais e em arranjos institucionais conservadores. Outras perspectivas, como as que se baseavam na teoria dos sistemas-mundo, ou aquelas propostas realizadas

157

¹⁴ Outros autores, como o economista Gregory Clark, contrariam Pomeranz, assegurando que “As origens da superioridade ocidental têm de ser internas ao Ocidente.” A expressão não exprime apenas uma posição num debate, mas a reificação dos termos desse debate (CLARK 2001, p. 102).

desde as margens do mundo desenvolvido, como as teorias da dependência ou os chamados estudos subalternos, questionaram as causas e os efeitos desse desenvolvimento e o modo como reproduzia estruturas de poder (CARDOSO; FALETTTO 1979; SUBALTERN STUDIES 1982-1999).

A obra de Kenneth Pomeranz (como, aliás, a de Jack Goldstone) é passível de ser criticada pelo modo como concebe o desenvolvimento. Pensando esse processo fora das unidades de comparação comuns, evitando reificar entidades políticas e étnicas, o autor aceita uma definição de desenvolvimento que parte fundamentalmente de critérios economicistas. E, apesar de nesse quadro apresentar um modelo próprio, que, como já foi notado, se baseia na existência de condições ecológicas para o desenvolvimento, a realidade é que essas condições apenas permitem o florescimento de outras condições preexistentes e que apontam para o crescimento dos mercados e da divisão social do trabalho. Tudo isso adota um sentido neoclássico, na própria senda de Adam Smith e do que ficou conhecido como “crescimento smithiano” ou “dinâmica smithiana” (ARRIGHI 2005, p. 339-352; O’BRIEN 2013). No Delta do Iangtsé ou na Inglaterra industrial, existiram condições semelhantes que permitiram o desenvolvimento, desde a existência de mercados e instituições ajustados ao ideal neoclássico até a estrutura do consumo de inúmeros bens, passando por um conjunto de dados demográficos e ecológicos (POMERANZ 2013, p. 126). E a sua decadência só não foi comum porque as regiões europeias mais desenvolvidas tiveram acesso a recursos minerais extensos, bem como aos territórios do Novo Mundo, que lhes permitiram aliviar a pressão demográfica sobre os recursos de produção europeus, em especial a terra, desenvolver novas técnicas agrícolas, criar espaços de produção para alimentar a procura na Europa e encontrar novos mercados de consumo para os produtos europeus. Todos esses factores explicam a grande divergência.¹⁵

No livro em apreço, a noção de desenvolvimento, vinculada a um universalismo ético que concede aos indivíduos uma “capacidade produtiva”, não parece estar associada a direitos políticos, sociais ou mesmo económicos; nem a uma qualquer noção de cidadania; nem à ação do Estado como promotor de serviços e do bem comum; nem à capacidade social de integrar a diferença, seja em relação às minorias ou às mulheres; nem no que respeita à possibilidade de acesso à educação, à produção cultural ou científica. A necessidade da descoberta de “factores essenciais” – que apontam para causalidades próprias situadas num campo historiográfico específico – pode redundar num estreitamento da análise. Mesmo no âmbito da sua definição de desenvolvimento, primeiramente económica, assiste-se a uma marginalização analítica dos processos que envolveram a incrustação social dessa economia e que permitiram dar maior importância a outros processos, num contexto configuracional, no sentido de Elias, mais do que propriamente descartá-los.

¹⁵ Estas razões sobrepunham-se a outras, como enuncia Pomeranz: “Em retrospectiva, se a Europa apostou no cavalo certo, os factores determinantes para a sua escolha parecem criticamente ligados a condições (principalmente geográficas) fortuitas e especificamente inglesas. A ciência, a tecnologia e as inclinações filosóficas europeias não parecem, por si só, uma explicação adequada, e as alegadas diferenças nas instituições económicas e nos preços dos factores afiguram-se bastante irrelevantes” (POMERANZ 2013, p. 121).

Na sequência das críticas suscitadas pela obra, é secundarizada a influência dos mecanismos coercivos (embora se possa sempre contrapor que são eles os que estão presentes na noção de acumulação baseada na noção de “armed trade”). A mesma ausência se notará em relação à importância dos movimentos sociais e do trabalho e ao significado do conflito interno, por via da desigualdade económica, na formulação de políticas que em grande medida excedem o espaço nacional, como o incremento do nacionalismo imperial como resposta às fracturas sociais internas. Noutro sentido, os factores salientados por Pomeranz para explicar a grande divergência parecem enunciar um processo carente de uma “agencialidade” transformadora; isto é, se todos os indivíduos são capazes de produzir, não é em sequência da sua ação que a história avança (embora, também aqui se possa dizer que a iniciativa individual não está ausente). Em *A grande divergência*, maior importância parece ser concedida ao efeito do acesso a recursos, do acaso e da sorte. Sendo pouco interessante considerar essa agencialidade “europeia”, como se de um dom se tratasse, interessa ainda assim perceber como se criaram condições que fomentaram determinadas transformações, como, por exemplo, a da “racionalização do trabalho”, a procura educativa, a competição científica, ou as condições que conduziram à exploração mais “racional” dos recursos e dos “acazos”.

Não é verdade, porém, que a obra de Pomeranz marginalize totalmente a “ação humana”. O autor concede-lhe relevância no quadro da atividade de instituições políticas e económicas. Nesse sentido, as críticas que salientam o determinismo geográfico presente na sua análise ao desenvolvimento, ou as que destacam a sobrevalorização da ideia de “sorte” parecem limitadas. Há uma importante dimensão interpretativa que faz regressar a intenção política e estatal ao centro da explicação, embora parte da recepção à obra acabe por relativizá-la perante a ênfase colocada na questão dos recursos e do modo como eles moldaram os mercados. Essa dimensão é a da coerção e da força militar. Refere o autor:

159

[...] a economia *política* do princípio da Europa moderna – em particular, a constante e dispendiosa competição militar – poderá ter tido uma influência maior do que o talento empresarial ou a curiosidade acerca dos produtos exóticos na singularidade da expansão comercial ultramarina da Europa. Além do mais [...], a competição militar na Europa deu o seu maior contributo *positivo* para o crescimento económico europeu não pelo modo como as actividades bélicas, a burocratização, etc., afectaram o ambiente económico da Europa (por exemplo, ao promoverem a mudança tecnológica ou a concessão de novos direitos patrimoniais por governantes ávidos de dinheiro) mas pelo alargamento desta competição para fora da Europa. Aliás, os dividendos foram maiores onde a coerção mais pesou: na emergente economia atlântica (POMERANZ 2013, p. 326-327).

Mais à frente no livro, o autor aponta:

projectada para fora da Europa, a competição militar pagou efectivamente dividendos. Em primeiro lugar, o quadro da competição inter-estatal desviou uma grande parte do impacto para o ultramar. Além do mais, acelerou e

moldou o desenvolvimento do Novo Mundo de formas que contribuíram muito mais para resolver os estrangulamentos da Europa em termos de recursos do que teria feito a simples abertura dessas regiões despovoadas à emigração e ao comércio livres (POMERANZ 2013, p. 335).

A importância da coerção como elemento que permite a entidades políticas e grandes atores económicos, grande parte das vezes em articulação próxima, vantagem no acesso a recursos e a mercados faz retornar a política ao livro de Pomeranz. Simultaneamente torna-o mais relevante para os debates geopolíticos contemporâneos, nos quais a relação entre coerção e recursos se mantém essencial, como o mapa dos conflitos internacionais hoje existentes parece confirmar. Assim, o autor aproxima-se, no que ao papel da coerção diz respeito, das teorias dos "sistemas-mundo".¹⁶ Apresentando essa vantagem europeia a partir de uma perspectiva nova, Pomeranz reconhece a necessidade de conceber o desenvolvimento económico a partir de uma perspectiva global, na qual a conquista de mercados e o acesso a recursos são inseparáveis do uso da força. Sem a conquista colonial, o padrão de desenvolvimento europeu acabaria por seguir um caminho de estagnação económica, como sucedeu com a China.

Em jeito de conclusão

160

Ao propormos aqui uma análise de *A grande divergência*, trabalho seminal de Kenneth Pomeranz, procuramos destacar um conjunto de elementos que consideramos relevantes, na verdade indispensáveis, para os debates historiográficos contemporâneos, bem como para o universo mais amplo das ciências sociais e humanas. A utilização criativa e inovadora da teoria, de raiz interdisciplinar, e da metodologia de pesquisa empírica, com o acesso a fontes até desconhecidas ou marginalizadas, permitiu ao autor discutir um conjunto de assunções históricas sobre o desenvolvimento comparado da China e da Europa. De um ponto de vista analítico, o recurso ao método comparativo revela-se bastante fértil. A breve incursão nesses debates, constantemente atualizados por novas investigações, permite revelar o carácter inovador e sofisticado da obra de Pomeranz. Ela mostra-nos a partir de uma perspectiva única as bases de constituição de uma *modernização oriental*, obrigando todo um campo de investigação a questionar os seus pressupostos, as suas cronologias e os seus conhecimentos adquiridos.

Mas este artigo serve também para pensar de que modo a defesa de princípios de inventividade e de crítica conceptual, tão presentes na obra de Pomeranz, deve-se impor como método de análise da própria obra do autor. Nesse sentido, interessou-nos interrogar criticamente, por exemplo, os usos do conceito de desenvolvimento e o modo como ele foi concebido no quadro do trabalho em questão. A historicização crítica desse conceito, tão central num

¹⁶ No entanto, sobre a interpretação dos usos dados às vantagens proporcionadas pela coerção, Pomeranz, em relação aos teóricos do sistema-mundo, introduziu uma interpretação inovadora, nomeadamente salientando a centralidade da questão da terra em relação ao trabalho e ao capital. Tal foi inclusive reconhecido num raro momento de autocritica académica (FRANK 2001, p. 181).

conjunto de pesquisas sobre os processos de globalização, demonstrou ser um bom princípio para uma pesquisa mais profunda da proposta do autor.

Referências bibliográficas

- ALLEN, Robert C. **Involution, revolution, or what?** Agricultural productivity, income, and Chinese economic development. Oxford: Department of Economics, Nuffield College, September 2002. Mimeografado.
- ARRIGHI, Giovanni. Estados, mercados y capitalismo, Oriente y Occidente. **Anuário Ásia-Pacífico**, n. 1, p. 339-352, 2005.
- ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. (eds.). **The Brenner Debate**: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-industrial Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BAECHLER, Jean; HALL, John A.; MANN, Michael (orgs.). **Europe and the Rise of Capitalism**. Oxford: Basil Blackwell, 1988.
- BLACK, Cyril E. **The Dynamics of Modernization**: a Study in Comparative History. New York: Harper & Row, 1966.
- BLAUT, James M. Environmentalism and Eurocentrism. **The Geographical Review**, v. 89, n. 3, p. 391-408, 1999.
- _____. **Eight Eurocentric Historians**. New York: Guilford, 2000.
- _____. **The Colonizer's Model of the World**. New York: Guilford, 1993.
- BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo (Séculos XV-XVIII)**. Lisboa: Teorema, 1979-1993 [1967-1979]
- BRENNER, Robert. Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-industrial Europe. **Past and Present**, v. 70, p. 30-74, 1976.
- _____. The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism. **New Left Review**, v. 1, n. 104, p. 25-92, 1977.
- _____. The Agrarian Roots of European Capitalism. **Past and Present**, v. 97, p. 16-113, 1982.
- _____; ISETT, Christopher. England's Divergence from China's Yangzi Delta: Property Relations, Microeconomics, and Patterns of Development. **Journal of Asian Studies**, v. 61, n. 2, p. 609-662, 2002.
- BRYANT, Joseph M. The West and the Rest Revisited: Debating Capitalist Origins, European Colonialism, and the Advent of Modernity. **Canadian Journal of Sociology**, v. 31, n. 4, p. 403-444, 2006.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependency and Development in Latin America**. Berkeley: University of California Press, 1979.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

- CLARK, Gregory. The Great Divergence: Europe, China, and the Making of the Modern World Economy by Kenneth Pomeranz. **The Journal of Interdisciplinary History**, v. 32, n. 1, p. 101-102, 2001.
- COOPER, Frederick. Modernizing Bureaucrats, Backwards Africans and the Development Concept. In: COOPER, Frederick; PACKARD, Randall M. (orgs.). **International Development and the Social Sciences**: essays on the History and Politics of Knowledge. Berkeley: University of California Press, 1997, p. 64-92.
- CURTO, Diogo Ramada; DOMINGOS, Nuno; JERÓNIMO, Miguel Bandeira. Jack Goldstone: da Sociologia Histórica das Revoluções à História Global da Europa. In: GOLDSTONE, Jack. **História Global da Ascensão do Ocidente (1500-1850)**. Trad. de Manuela Parada Ramos. Lisboa: Edições 70, 2010, p. XIII-XXXI. (História & Sociedade)
- _____; _____. A Europa e a China: comparações, historiografia e ciências sociais. In: POMERANZ, Kenneth. **A grande divergência**: a China, a Europa e a formação da economia mundial moderna. Lisboa: Edições 70, 2013, p. I-XXX. (História & Sociedade).
- DESROSIÈRES, Alain. **La Politique des grands nombres**: histoire de la raison statistique. Paris: La Découverte, 1993.
- DIAMOND, Jared. **Guns, Germs and Steel**: a short history of everybody for the last 13,000 years. London: W. W. Norton, 1997.
- _____. **Collapse**: how Societies Choose to Fail or Succeed. London: Allen Lane, 2005.
- DUCHESNE, Ricardo. Max Weber is the Measure of the West: A Further Argument on Vries and Goldstone. **World History Connected**, v. 4, n.1, 2006.
- _____. Peer Vries, the Great Divergence, and the California School: Who's In and Who's Out? **World History Connected**, v. 2, n. 2, 2005.
- EISENSTADT, S. E. **Múltiplas Modernidades**: ensaios. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- _____. Multiple Modernities. **Daedalus**, vol. 129, n. 1, p. 1-29, 2000.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizacional**: investigações sociogenéticas e psicogenéticas. Lisboa: Dom Quixote, 2006 [1939].
- ELVIN, Mark. Why China Failed to Create an Endogenous Industrial Capitalism: A Critique of Max Weber's Explanation. **Theory and Society**, v. 33, n. 3, p. 379-391, 1984.
- FERGUSON, Niall. **Civilisation**: the West and the Rest. London: Allen Lane, 2011.
- FRANK, Andre Gunder. **Dependent Accumulation and Underdevelopment**. New York: Monthly Review Press, 1979.

- _____.; GILLS, Barry K. (eds.). **The World System**: Five Hundred Years or Five Thousand? New York: Routledge, 1993.
- _____. **ReOrient**: Global Economy in the Asian Age. Berkeley: University of California Press, 1998.
- _____. Review of The Great Divergence, **Journal of Asian Studies**, v. 60, n. 1, p. 180-182, 2001.
- GERTZ, Clifford. **Agricultural Involution**: the Process of Ecological Change in Indonesia. Berkeley: University of California Press, 1963.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Complexo histórico-geográfico. In: SERRÃO, Joel (ed.). **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1961, p. 130-135. (v. II)
- GOLDSTONE, Jack. Efflorescences and Economic Growth in World History: Rethinking the 'Rise of the West' and the Industrial Revolution. **Journal of World History**, n. 2, p. 323-389, 2002.
- _____. **História Global da Ascensão do Ocidente (1500-1850)**. Trad. de Manuela Parada Ramos. Lisboa: Edições 70, 2010. (História & Sociedade)
- GOODY, Jack. **Capitalism and Modernity**: the Great Debate. Cambridge: Polity Press, 2004.
- _____. **The Eurasian Miracle**. Cambridge: Polity, 2010.
- _____. **The East in the West**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HILTON, Rodney (ed.), **The Transition from Feudalism to Capitalism**. London: New Left Books, 1976.
- HOBSON, John M. **The Eastern Origins of Western Civilisation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- _____. **The Eurocentric Conception of World Politics**: Western International Theory, 1760-2010. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- HODGSON, Marshall G. S. **Rethinking World History**: Essays on Europe, Islam, and World History. New York: Cambridge University Press, 1993.
- HUANG, Philip C. Development or Involution in Eighteenth-Century Britain and China? A Review of Kenneth Pomerantz's the Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy. **Journal of Asian Studies**, v. 61, n. 2, p. 501-528, 2002.
- _____. **The Peasant Family and Rural Development in the Yangzi Delta, 1350-1988**. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- HUNG, Ho-Fung. Agricultural Revolution and Elite Reproduction in Qing China: The Transition to Capitalism Debate Revisited. **American Sociological Review**, v. 73, n. 4, p. 569-588, 2009.
- JONES, Eric L. **The European Miracle**: Environments, Economies and

Geopolitics in the History of Europe and Asia. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

KINDLEBERGER, Charles. Kenneth Pomeranz, The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy. **Economic Development and Cultural Change**, v. 50, n. 2, p. 458-460, 2002.

LANDES, David. **The Wealth and Poverty of Nations**. London: Little, Brown, 1998.

LEE, James; CAMPBELL, Cameron; FENG, Wang. Positive Check or Chinese Checks? **Journal of Asian Studies**, v. 61, n. 2, p. 591-607, 2002.

LERNER, Daniel. **The Passing of Traditional Society**. Glencoe, Ill.: Free Press, 1958.

LIEBERMAN, Victor. **Strange parallels**: Southeast Asia in global context, c 800-1830. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. (vol. I – Integration on the Mainland).

_____.; **Strange parallels**: Southeast Asia in global context, c 800-1830. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. (vol. II – Mainland Mirrors: Europe, Japan, China, South Asia, and the Islands.)

_____. Transcending East-West Dichotomies: State and Culture Formation in Six Ostensibly Disparate Areas. In: _____ (ed.). **Beyond Binary Histories**: Re-imagining Eurasia to c. 1830. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999, p. 19-102.

LITTLE, Daniel. Eurasian Historical Comparisons Conceptual Issues in Comparative Historical Inquiry. **Social Science History**, v. 32, n. 2, p. 235-261, 2008.

_____. The Involution Debate: New Perspectives on China's Rural Economic History. Disponível em: <http://www-personal.umd.umich.edu/~delittle/new%20perspectives%20short%20journal%20version.htm>. Acessado em: 1 jul. 2014.

LUDDEN, David. Modern Inequality and Early Modernity: A Comment for the AHR on Articles by R. Bin Wong and Kenneth Pomeranz. **American Historical Review**, v. 107, n. 2, p. 470-480, 2002.

MADDISON, Angus. **The World Economy**: A Millennial Perspective. Paris: OECD, 2001.

MANNING, Patrick. Asia and Europe in the World Economy: Introduction. **American Historical Review**, v. 107, n. 2, p. 419-424, 2002.

MARKS, Robert B. **The Origins of the Modern World**: A Global and Ecological Narrative. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2002.

MAZLISH, Bruce. **The New Global History**. New York: Routledge, 2006.

MCNEILL, William H. **The Rise of the West**: A History of the Human Community.

Chicago: University of Chicago Press, 1991 [1963].

MIELANTS, Eric H. **The Origins of Capitalism and the 'Rise of the West'**. Philadelphia: Temple University Press, 2007.

NEEDHAM, Joseph. **The Grand Titration: Science and Society in East and West**. London: George Allen & Unwin Ltd, 1969.

O'BRIEN, Patrick. The Needham Question Updated: A Historiographical Survey and Elaboration. **History of Technology**, v. 29, p. 7-29, 2009.

_____. European Economic Development: The Contribution of the Periphery. **Economic History Review**, v. 35, n. 1, p. 1-18, 1982.

_____. Intercontinental Trade and the Development of the Third World Since the Industrial Revolution. **Journal of World History**, v. 8, n.1, p. 75-134, 1997.

_____. Review of Ten Years of Debate on the Origins of the Great Divergence (review 1008), 2010. Disponível em: <http://www.history.ac.uk/reviews/review/1008>. Acessado em: 4 jun. 2013.

PARTHASARATHI, Prasannan. **Why Europe Grew Rich and Asia Did Not: Global Economic Divergence, 1600-1850**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

POLANYI, Karl, **A Grande Transformação: as origens políticas e económicas do nosso tempo**. Lisboa: Edições 70, 2012 [1944]. (História & Sociedade)

POMERANZ, Kenneth. Le machinisme induit-il une discontinuité historique ? Industrialisation, modernité précoce et formes du changement économique dans l'histoire globale. In: BEAUJARD, P. ; BERGER, L. ; NOREL, P. (eds.) **Histoire globale, mondialisations, capitalism**. Paris: La Découverte, 2009, p. 335-373.

_____. Without Coal? Colonies? Calculus? Europe, China and the Industrial Revolution. In: LEBOW, Ned; PARKER, Geoffrey; TETLOCK, Philip (eds.) **Unmaking the West: "What-If" scenarios that Rewrite World History**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006, p. 241-276.

_____. **The Making of a Hinterland: State, Society and Economy in Inland North China, 1853-1937**. Berkeley: University of California Press, 1993.

_____. Is there an East Asian Development Path? Long-Term Comparisons, Constraints, and Continuities. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, v. 44, n. 3, p. 322-362, 2001.

_____. Political Economy and Ecology on the Eve of Industrialization: Europe, China, and the Global Conjuncture. **American Historical Review**, v. 107, n. 2, p. 425-446, 2002.

_____. Putting Modernity in its Place(s): Reflections on Jack Goody's The Theft of History. **Theory, Culture, and Society**, v. 26, n. 7/8, p. 32-51, 2009.

_____. Repenser le changement économique de longue durée: la Chine, l'Europe, et l'histoire comparée. In: DAUMAS, Jean Claude (ed.) **L'histoire économique en mouvement: entre héritages et renouvellements**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2012, p. 293-310.

_____. **A grande divergência**. Lisboa: Edições 70, 2013. (História & Sociedade)

_____. **La force de l'empire**: révolution industrielle et écologie, ou pourquoi l'Angleterre a fait mieux que la Chine. Paris: Ere, coll. Chercheurs d'ère, 2009.

RAGIN, Charles. **The comparative method**: moving beyond qualitative and quantitative strategies. Berkeley: University of California Press, 1987.

ROSENTHAL, Jean-Laurent; WONG, R. Bin. **Before and Beyond Divergence**: The Politics of Economic Change in China and Europe. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

ROSTOW, Walter W. **The Stages of Economic Growth**: A Non-Communist Manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SACHSENMAIER, Dominic; RIEDEL, Jens (eds.). **Reflections on Multiple Modernities**: European, Chinese and Other Interpretations. Leiden: Brill, 2002.

166 SCHLUCHTER, Wolfgang. **The rise of Western rationalism**: Max Weber's developmental history. Berkeley: University of California Press, 1981.

SIVIN, Nathan. Why the Scientific Revolution did not take place in China – or didn't it? **Chinese Science**, v. 5, p. 45-66, 1982.

SPENGLER, Oswald. **The Decline of the West**. New York: Knopf, 1934. (2 v.)

SUBALTERN STUDIES. **Writings on South Asian History and Society**. Oxford: Oxford University Press, 1982-1999.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes Towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. In: LIEBERMAN, Victor (ed.). **Beyond Binary Histories. Re-imagining Eurasia to C. 1830**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997, p. 289-315.

TOYNBEE, Arnold J. **The Decline of the West**; A Study of History. New York & London: Oxford University Press, 1957.

VRIES, Peer. Are Coal and Colonies Really Crucial? Kenneth Pomeranz and the Great Divergence. **Journal of World History**, v. 12, n. 2, p. 407-446, 2001.

_____. **A World of Surprising Differences**: State and Economy in Early Modern Western Europe and China. Leiden: Brill, 2008.

_____. **Via Peking back to Manchester**: Britain, the Industrial Revolution, and China. Leiden: Leiden University/CNWS Publications, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System**. New York: Academic Press, 1974.

WICKHAM, Chris. The Uniqueness of the East. **Journal of Peasant Studies**, v. 12, n. 1, p. 166-196, 1985.

WONG, R. Bin. **China Transformed**: Historical change and the limits of the European experience. Ithaca: Cornell University Press, 2000.

_____. The Search for European Differences and Domination in the Early Modern World: A View from Asia. **American Historical Review**, v. 107, n. 2, p. 447-469, 2002.